

Con-Brasil

Cardoso fixa limite para ataque à inflação

Consenso na equipe econômica é de que a inflação não pode superar os 40% mensais

BEATRIZ ABREU

BRASÍLIA — O ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, não definiu o prazo, mas chegou a um consenso com os integrantes da equipe econômica: será inevitável adotar medidas mais fortes de combate à inflação se o índice superar os 40% mensais. Por enquanto, eles recorrem a uma espécie de senha para reforçar a defesa do adiamento do anúncio das medidas — “referência estável”. Ou seja, a inflação, embora em processo de lenta aceleração, não dá indicações de sair do controle.

Na sexta-feira, o ministro introduziu uma dose de nervosismo adicional no mercado porque convocou uma reunião da equipe para discutir a conjuntura econômica e, como consequência, as medidas para dar “a paulada na inflação”. Esta foi a segunda vez que Cardoso reuniu os economistas que formulam o novo pacote econômico.

O mercado viveu um dia de boatos de tarifaço, maxidesvalorização e unificação cambial, medidas que seriam anunciadas com o pronunciamento do ministro da Fazenda, antes previsto para terça-feira. Segundo os interlocutores econômicos, os especuladores que

apostavam no anúncio de medidas junto com o pronunciamento de terça-feira “quebraram a cara”. Eles repetem que “o plano vem, mas não agora”. O ministro Cardoso dribla os que vão ao seu gabinete à busca de novas informações, repetindo que esta discussão tem dois pólos: o político e o técnico.

A agenda técnica é mais longa e marca a data das novas medidas para o início do próximo ano. A política, no entanto, é a que mais preocupa. “O ministro tem reclamado muito das pressões políticas”, confessam os assessores. Em meio às pressões dos economistas e dos políticos, o ministro Cardoso não abre mão e deixa claro a todos que “quem decidirá o momento exato para anunciar o plano será ele”.

Na sexta-feira, a divulgação da primeira prévia de setembro do IGPM contribuiu para aumentar as preocupações da equipe. Na primeira semana de julho, o índice estava em 13,37%, na primeira semana de agosto em 13,65% e agora em setembro saltou para 17,65%.

Este debate, no entanto, não desvia a discussão de um fato consumado: o governo vai dar um choque na inflação, mesmo que sem congelamento, prefixação ou confisco. As medidas são guardadas em sigilo, mas a aposta ainda é a da âncora cambial. Os desdobramentos ficariam por conta da



Cardoso: pressões políticas

CARDOSO
TEM DEIXADO
CLARO QUE
QUEM VAI
DECIDIR O
MOMENTO DO
CHOQUE É ELE

necessidade ou não de conceder uma desvalorização cambial em torno de 10%. Corrigindo o câmbio neste percentual, o governo resolveria dois problemas: tornaria as exportações brasileiras mais atrativas e, ao mesmo tempo, encareceria as importações, dificultando a entrada de produtos externos.

Os técnicos apostam que uma desindexação sem romper as cláusulas contratuais só pode acontecer se o governo autorizar a indexação ao dólar. Ou seja, se a referência passar a ser o dólar haverá uma



PLANO FHC

corrida natural ao novo indexador, sem que se quebrem contratos.

Complicadores

— A grande dúvida é a política de rendas e o esquema que será montado para eliminar o impacto da dívida interna. A discussão sobre o que acontecerá com os preços públicos e os outros preços da economia, como os salários, é tratada com cautela.

A hipótese de congelamento do câmbio, se de um lado permite ao governo jogar por terra os índices de inflação, de outro cria distorções nas empresas estatais. Manter tarifas e preços públicos congelados é sinônimo de déficit público, segundo os técnicos. A dívida interna, por sua vez, teria um tratamento especial em que o governo tomaria a iniciativa de negociar o alongamento dos prazos, atualmente concentrados em 28 dias.

Em meio a tantas alternativas, há quem aposte que o nome da moeda mude outra vez. O governo adotaria um plano já e só alteraria o nome da moeda lá para março ou abril do próximo ano, quando o programa de estabilização sofreria adaptações e se teria mais claramente os resultados da revisão constitucional e o ajuste fiscal.

■ Mais informações nas páginas 3, 4, 5 e 8

**A EVOLUÇÃO
DA COBRANÇA**

Do Cruzado até o FHC foram 8 anos de planos



Marcílio, estilo soft



Paulo Haddad, no Carnaval



Gustavo Krause, o Breve

Desde o Cruzado, em 1986, os brasileiros passaram a conviver com planos preparados por ministros da área econômica — ou com a ausência deles.

■ **Luiz Carlos Bresser Pereira** — Decretou o plano que levou seu nome em junho de 1987. Deixou o cargo seis meses depois.

■ **Maílson da Nóbrega** — Adotou a política “arroz com feijão” até janeiro de 1989, quando baixou o Plano Verão. Em 1990, ao sair do governo, a inflação média diária chegara a 0,89%.

■ **Zélia Cardoso de Mello** — Baixou o Plano Collor em março de 1990, com confisco e, em janeiro de 1991, o Plano Collor 2.

■ **Marcílio Marques Moreira** — Recessão e juros altos foram sua marca. Seu estilo “soft” manteve a inflação em 25% ao mês.

■ **Gustavo Krause** — “O Breve”: ficou 74 dias no cargo. Pretendia fazer uma “ampla negociação”.

■ **Paulo Haddad** — Tentou “proteger a população de baixa renda”. Suas propostas chegaram a ser batizadas de Plano Carnaval.

■ **Eliseu Resende** — Em 80 dias nada fez. Nem planos.

RURAL
COBRANÇA COMPLETA
Banco RURAL